

GASODUTO

Urucu sob novas investidas ambientais

Wilson Nogueira
de Manaus

O transporte do gás natural através de dutos da província de Urucu, no município amazonense de Coari, para Porto Velho e Manaus, enfrenta a resistências. Além do impacto ambiental, as organizações não governamentais alegam que os dois gasodutos afetariam a sobrevivência de comunidades tradicionais (índios, ribeirinhos e seringueiros) e atrairiam frentes de ocupação para o interior da floresta amazônica. A Petrobras já obteve licença provisória para a construção da linha Urucu-Porto Velho, de 500 quilômetros, com capacidade para transportar 2,3 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. Urucu tem reservas de 73 milhões de metros cúbicos de gás.

Projeto temerário

O procurador-geral da República no Amazonas, Sérgio Lauria, recomendou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que suspenda a licença provisória até que a Petrobras apresente um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e um Relatório de Impacto Ambiental (Rima) compatível com as determinações da legislação ambiental. "Do jeito como está sendo encaminhado, o gasoduto Urucu-Porto Velho é um projeto temerário", diz Lauria. A Procuradoria

exigiu da Petrobras suplementações ao EIA/Rima, no decorrer de 60 dias, a contar do último 13 de agosto. A Petrobras e o Ibama não se pronunciaram sobre o assunto.

Campanha mundial

Compartilham do mesmo entendimento, ongs do porte da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coiab) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), Grupo de Trabalho

Amazônia, Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus, Coordenação das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas, Instituto Socioambiental e WWF. Essas instituições lideram uma

campanha mundial pela internet para que o governo brasileiro evite construir oleodutos e gasodutos no interior da floresta amazônica e realize estudos para fontes renováveis de geração de energia elétrica na região.

Lauria diz que se a Petrobras e o Ibama não realizem as recomendações até o dia 13 do próximo mês, a Procuradoria vai ingressar na Justiça com uma ação cível para impedir a construção do gasoduto até que sejam criadas condições adequadas ao cumprimento da legislação ambiental. As recomendações da Procuradoria se fundamentam nos resultados das audiências

públicas realizadas pela empresa nas comunidades que serão afetadas pelos gasodutos. Para Lauria, a Petrobras priorizou aspectos econômicos e não planejou como resolver os impactos que o projeto causará sobre os animais, florestas, rios, solo e populações tradicionais.

Outra questão chave é a inexistência de um estudo de viabilidade ambiental com outras formas de transporte do combustível. "A Petrobras não oferece alternativa. É como se o gasoduto fosse a única

alternativa", diz a coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada Igreja Católica, Sila Mesquita.

Ela informa que a CPT realizará, no próximo mês, mais uma reunião com os representantes das comunidades de cinco municípios afetados pela linha Urucu-Porto Velho para tornar o tema mais acessível aos envolvidos. Segundo ela, a empresa fez as audiências públicas sem esclarecer a população sobre os riscos de agressão sócio-ambiental do projeto. "O principal risco é o da devastação por meio da atração de novas frentes extrativistas", comenta.

Vila Lira

Ela exemplifica que os impactos desse tipo de transporte sobre o meio ambiente amazônico podem ser observados na linha Urucu-Coari, de 285 quilômetros, por on-

de são escoados o óleo e o gás de cozinha para navios que os transportam até Manaus, onde a Petrobras tem uma refinaria. O poliduto foi construído em 1998 e afetou principalmente a população ribeirinha de Vila Lira. "Eles ficaram por algum tempo sem água para beber e sem suas principais fontes de alimentos, os peixes e as caças, que foram afugentadas pelo barulho das máquinas em operação"

Barcaças

O trajeto para Porto Velho está no entorno das terras indígenas Deni, Paumari do Lago Manisua, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Cuniuá, Juma, Jareúba/Katauxi, Hi Merimã, Banawá-Yafi, Jamamadi/Jarawara/Kanamati e Caititu.

O transporte de gás natural para Manaus tende, também, a ser feito por gasoduto.

O governo do Amazonas, que reivindicava o escoamento do combustível para a Companhia de Gás do Amazonas (Cigas) por meio de barcaças entende agora que essa atribuição é da Petrobras. Isto é, ao invés de entregar o produto em Coari, a empresa o colocaria em Manaus, através de dutos. Só a capital amazonense tem capacidade para consumir até 4 milhões de metros cúbicos por dia, imediatamente. Nas duas linhas, a Petrobras investirá cerca de US\$ 550 milhões.

O procurador recomendou ao Ibama que suspenda a licença provisória da Petrobras

Manaus pode consumir até 4 milhões de metros cúbicos de gás, por dia, imediatamente

INSTITUTO

Documentação

Class. 05

Fonte: GPM/Secretaria de Meio Ambiente

Data: 10/19/2002 Pg. 1-4